

CAPITULO 3

QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: INGREDIENTES

É preciso driblar a "dupla armadilha" que pode envolver a análise da Questão Social, conforme nos alerta IAMAMOTO. Tratar da Questão Social de forma "desconectada de sua gênese", dos processos contraditórios que a geram, na dimensão de totalidade, seria uma delas, o que nos levaria a considerá-la de forma fragmentada numa ótica de "problemas sociais", como "problemas do indivíduo", perdendo-se conseqüentemente a visão do coletivo e da dimensão de unidade. Por outro lado, uma particularidade da Questão Social precisa ser considerada: a forma de evitar "outra armadilha" que se põe, para que a análise permaneça no "discurso genérico". (2001, a, p.17-18).

Atenta à atualidade da questão social - tendo sempre presente que ela resulta da contradição que está na raiz mesma da produção do capital -, procura-se colocá-la, com suas manifestações no início deste século. Para captá-la em suas particularidades ela deve estar centrada na composição e manifestações da Questão Social, voltada à realidade brasileira, em que ela ganha um contorno específico dada a forma subserviente de como o Brasil fez sua entrada na mundialização do capital, como na própria formação da sociedade brasileira, expressa no pensamento brasileiro, como também, nas relações de cultura, de étnica, de gênero e de nação. Inclusive o pauperismo, elemento clássico da questão social, recebe tratamento particularizado, na realidade brasileira com manifestações e especificidades, na tentativa de contribuir nas necessárias mediações para o enfrentamento da Questão Social hoje.

3. 1. O BRASIL ENTROU PARA DANÇAR NA MUNDIALIZAÇÃO

A Questão Social, hoje, está identificada com os aspectos da mundialização que se configuram a partir das últimas décadas e ganha contornos, cada vez mais nítidos em torno da financeirização do capital que exige novas formas institucionais nas relações de produção a partir de maior flexibilização no modo de acumulação capitalista, tudo em nome do desenvolvimento e harmonia social.

Vale, aqui, lembrar, no entanto, os contingentes elevadíssimos de desemprego, subemprego, pobreza, violência, nas periferias dos grandes centros, mas em especial nos países da periferia do capital.

A partir desse pressuposto, direitos sociais em crise, proteção social fragilizada, pobreza passando dos limites aceitáveis, violência fora de controle, meio ambiente

degradado, passam a ser manifestações que se observam e que exigem um novo tratamento. Articula-se, portanto, todo um discurso a partir do paradigma neoliberal a favor do "desenvolvimento sustentável" e da "diminuição da pobreza (CHOSSUDOVSKY, 1999, p.34).

Ao longo da leitura da Questão Social, que se configura desde o século XIX, a partir do elemento do **pauperismo** e do **embate político que o inscreveu na agenda política**, exigindo atendimento formulou-se um pacto social que resultou na formação do Estado Social e seu desdobramento no Welfare State, até meados dos anos 70, quando houve algum atendimento quanto à proteção social e avançou-se, em alguns países, mais do que em outros, na conquista de direitos sociais.

A partir do contrato social, o que efetivamente se constatou foi uma expansão do sistema capitalista, e mais, na análise crítica, sobre o período se apurou que o pacto veio muito mais para livrar o capital de problemas, que se colocavam no período; ou seja, o medo do socialismo e a constante "baixa tendencial do lucro", que exige do sistema certo tratamento democrático e "queima" dos excedentes produzidos. É importante registrar que o fato se deu mais em alguns países e menos em outros; de qualquer forma, entretanto, os que estão no centro do desenvolvimento capitalista, é verdade com facetas variáveis como já se pôde indicar. E na problemática o Estado teve importante função. É em O'CONNOR, que se encontra auxílio nesta reflexão. Sua tese parte do pressuposto de que o "Estado capitalista tem que tentar desempenhar duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: acumulação e legitimação, querendo dizer que o Estado deve tentar manter, ou criar, as condições em que se faça possível uma lucrativa acumulação de

capital. Entretanto, o Estado também deve manter, ou criar, condições de harmonia social" (1977, in SCHONS, 1999, p.144).¹

Na expressão de alguns, todo o processo de "consenso" começa a ser questionado, rompendo-se o compromisso social.

Uma nova fase do capital, sempre a partir da mesma lógica, "acumulação do capital", começa a ter expressão, ou seja, há uma "reestruturação do capital" para o novo momento, em que já não é possível tanto Estado e se coloca a exigência imperativa de mais liberdade para o mercado. Já não cabem como é evidente, para o discurso neoliberal que encarna a ideologia do período, tantos direitos sociais. O desdobramento lógico é um Estado mínimo, mais flexibilização nas relações de trabalho, fragilizando, assim, suas organizações, havendo um endeusamento do campo privado, estimulando o "terceiro setor" e a privatização dos serviços antes atendidos pelo Estado.

Ainda nesta seqüência, tem-se uma pauperização crescente e sem o "compromisso" do atendimento público. Estimulando-se, sim, um atendimento por organismos sem fins lucrativos "ONGs" de caráter voluntário e da parte do Estado que ele seja apenas pontual, para as situações e os casos mais alarmantes.

Além de situar, de forma generalizada o atual contexto do capital em sua versão globalizada, conforme foi feito no primeiro capítulo, é importante que se situem, aqui as especificidades da periferia do capital. Em nosso caso pretende-se realçar, de forma especial, o Brasil, quando e de que forma ele se insere no processo da mundialização do capital, que terá relevo na questão social brasileira da atualidade.

¹ Uma de suas observações muito pertinentes para o tema em questão. "O Estado deve envolver-se no processo de acumulação, porém, tem que fazê-lo mistificando sua política, denominando-a de algo que não é, ou tem que

O Brasil, já em plena década de 80, inscreve na Constituição de 88 uma série de direitos sociais para o atendimento do Estado. Já foi dito que o Welfare State, propriamente dito, ao menos na concepção de muitos autores, não atingiu, necessariamente, ao menos na intensidade, um expressivo número dos países europeus, além dos do Terceiro Mundo, incluído aqui o Brasil.

Para entender o momento, é preciso, além de situá-lo no contexto mais amplo, ler a especificidade histórica do Brasil nessa época. Entabule-se a reflexão, não só para situar o momento em que o Brasil se inscreve na globalização, mas também para entender a contradição de que se inscreveu na Constituição de 88, que foi inclusive chamada de Constituição cidadã, por contemplar nos artigos, direitos sociais básicos, dos quais, alguns, nem sequer, conseguiram força para ser regulamentados e outros, tiveram morte infantil. No entanto, não se pode duvidar de que houve um avanço, ou seja, um direito proclamado é um direito fundamentado e inscrito juridicamente, portanto, já assegura tal fundamento. Embora não se possa esquecer de que o determinante no direito social, na observação de BOBBIO, é "protegê-lo", uma vez que a dificuldade dos direitos sociais, normalmente, se apresentam na sua "inexeqüibilidade" (1992, p. 24 e 37).

Ainda para caracterizar melhor a atual Questão Social do Brasil, é importante situá-la no seu processo de entrada na atual conjuntura do capital e assim perceber-lhe melhor as manifestações.

Uma importante contribuição para este raciocínio vem de NETTO, quando registra que a "Constituição de 88 configurou um **pacto social**" (2000, p.77). O autor situa o avanço da Constituição de 88, a partir do "resultado das lutas

conduzidas, por duas décadas, pelos setores democráticos..." quando lembra o período da ditadura militar, como "o capítulo mais recente dessa longa história de exploração e dominação da massa do povo" quando "frações da grande burguesia (incorporando setores ligados ao latifúndio), associadas a corporações tradicionais (particularmente norte-americanas) e sob tutela militar, no decurso de vinte anos, redimensionaram o Estado e a sociedade brasileiros em conformidade com os interesses do grande capital "(2000, p.76). Embora se consagrem explicitamente os direitos sociais na constituição, isto no entanto, "sem ferir a ordem burguesa", até porque, no interior dela é impensável eliminar a exploração dos trabalhadores e a reprodução da miséria, segue o autor. No entanto, "ela assentou os fundamentos a partir dos quais a dinâmica capitalista poderia ser direcionada de modo a reduzir, a **níveis toleráveis**, o que os próprios segmentos das classes dominantes então denominavam 'dívida social'"(2000, p. 77, grifo nosso). Ela representou "uma espécie de Estado de bem-estar social" lembra NETTO (2000, p.77), confirmando, assim, que o método do grande capital quando forçado pela mobilização dos setores populares, recorre aos pactos, e apenas "concede" por um período, algumas das reivindicações, não significando necessariamente um "compromisso".

Tão logo obtive o oxigênio necessário volta a exigir modificações por meio de reformas à Constituição o que se pode acompanhar nos anos recentes de nossa história, com uma agravante. Este período coincidiria com a "reestruturação do capital mundial", o que se pode conferir, quando foi do acompanhamento dos períodos dos últimos governantes, especialmente o governo FHC, trajetória analisada em CHOSSUDOVSKY(1999, 176-183) e NETTO (2000, p.78-89). Se não, vejamos; enquanto isso, "ao mesmo tempo em que, no Brasil, criavam-se

mecanismos político-democráticos de regulação da dinâmica capitalista, no espaço mundial tais mecanismos perdiam vigência e tendiam a ser substituídos, com a legitimação oferecida pela ideologia neoliberal, pela **desregulamentação**, pela **flexibilização** e pela **privatização** - elementos inerentes à **mundialização** (globalização) operada sob o comando do grande capital"(NETTO, 2000, p.77). Este entorno político e social quando da inscrição dos direitos na Constituição e sua dificuldade em implementá-los, enquanto se dava a conseqüente facilitação do Brasil na adesão às exigências do capital mundial, via FMI, sem maiores reações por parte da sociedade civil. É preciso ficar melhor caracterizado a problemática para compreender e detectar as manifestações da Questão Social no Brasil atual.

O "pacto social plasmado na Constituição de 88 " que no plano econômico equivaleria à redução de taxas de exploração, e no "plano político, à construção de mecanismos democráticos de controle social", encontraria enorme resistência entre o "conjunto da burguesia e seus associados"(NETTO, 2000, p.78). O primeiro ganho, neste confronto, foi a eleição do presidente Collor 1989, "- mais um caso de polícia do que de política - " lembra NETTO. "Não apenas desorganizou o Estado e tornou intolerável a corrupção escancarada", por outro lado mostrou para a "burguesia a necessidade de um projeto político orgânico e menos imediatista" (2000, p.78). No período, a exigência do capital mundial fez, com que os países da América Latina em geral, promovessem ajustes "macro- econômicos". Já no governo Itamar apresentou uma "face mais palatável" ao projeto com o "Plano Real", enquanto FHC se tornara o "homem confiável para conduzi-lo", tanto junto aos representantes do Capital quanto também, junto à "boa parte da população trabalhadora, dadas as credenciais democráticas", tornando-se assim o candidato de ambos(2000, p.78-79). Eleito presidente "FHC rapidamente deu efetividade ao projeto político do grande

capital: sua base parlamentar, em que articulando fisiologicamente as velhas e novas oligarquias, **garantiu-lhes precisamente a inviabilização do projeto social contido na Constituição de 88**", isto em nome da "modernização do país" e "sustentado por uma unanimidade da mídia"(NETTO, 2000, p.79).

Importante Conselho com representantes do FMI, do BID e do Banco Mundial, funcionários do governo norte-americano, economistas latino-americanos, reunião datada de novembro de 89 - no "novo contexto internacional posto pela reestruturação do capitalismo"- fez com que "assegurasse ao Executivo federal a margem de ação necessária para promover uma integração mais vigorosa ao sistema econômico mundializado - integração conforme as exigências do grande capital, e, portanto, sumamente subalterna"(NETTO, 2000, p. 79). São pontos esclarecidos a partir do que ficou conhecido como "Consenso de Washington". Uma pontuação sintética das medidas incorporadas ao Programa do Fundo Monetário Internacional (FMI), em resposta aos desafios impostos pelo neoliberalismo encontra-se sintetizados no texto de Nobuco KAMEYAMA, e que se constituem na:

" desregulamentação dos mercados financeiros; abertura comercial irrestrita; privatização das empresas estatais, visando eliminar a crise fiscal; redução dos gastos governamentais; depreciação da taxa de câmbio, com o objetivo de auferir ganhos de receita advindos do incremento das exportações, e redução do nível global de tributação" (1994, p. 46).

A fim de adequar o Brasil à fórmula da "reestruturação, segundo o Plano Brady², "serviço de dívida aumentou substancialmente".³ A própria Campanha de "Impeachment" do presidente Collor serviu para desviar a atenção pública das

² Plano Brady,-1990, "que reconhecia a inevitabilidade de uma negociação do pagamento das dívidas como forma de desafogar financeiramente os países devedores"(SOARES, 2000, p. 17)

³ Para situar mais adequadamente, quanto ao serviço da dívida, é importante que se registre que os pagamentos dos juros para os credores internacionais tinham sido limitados em 30%, em uma moratória parcial negociada

questões sociais reais, enquanto, a "grande maioria da população ficaria mais pobre em consequência do Plano Collor, lançado em março de 1990.⁴

O desemprego se alastrou, os salários reais sofreram uma queda brutal, os programas sociais foram aniquilados"(CHOSSUDOVSKEY, 1999, p.171). Aqui, é necessário que se registre: "os credores haviam imposto a desvalorização do cruzeiro e a inflação chegava a mais de 20% ao mês, principalmente em decorrência do 'programa antiinflacionário' do FMI. A alta taxa de juros imposta por ele (FMI) ao Brasil em 1991 contribuíra para aumentar a dívida interna, bem como para atrair grandes somas de *hot money* (dinheiro advindo do lucro financeiro) e 'dinheiro sujo' (dinheiro advindo do comércio da droga e do crime organizado), para o sistema bancário do Brasil. Lucros tremendos foram realizados por cerca de trezentas grandes empresas industriais e financeiras"(CHOSSUDOVSKEY, 1999, p. 171). E lembrar que isto aconteceu enquanto a "maioria ficara mais pobre" - portanto lucro para um bem determinado setor-, seja para o grande capital. Há mais ainda, agora para continuar assegurando isto, ou seja, manter o país e seu povo na dependência dos credores. "A 'agenda oculta' do FMI consistia em apoiar os credores e, ao mesmo tempo, enfraquecer o governo central. Já haviam sido pagos US\$ 90 bilhões referentes aos juros da dívida durante os anos 80, um valor bastante próximo ao do total principal (120S\$ bilhões). (CHOSSUDOVSKEY, 1999, p.171).

E aqui está: "Cobrar a dívida, todavia, não era o principal objetivo. Os credores internacionais do Brasil queriam se assegurar de que o país permaneceria endividado por muito tempo e de que a economia nacional e o Estado seriam

com os bancos comerciais em 1989, durante o governo de José Sarney. De acordo com o plano de reestruturação, os pagamentos dos juros aumentariam para 50% (CHOSSUDOVSKEY, 1999, p. 183).

⁴ Importante registrar que é a partir de meados dos anos 90, após o lançamento do Plano Real, "com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente, que os contornos neoliberais do processo do 'ajuste brasileiro',

reestruturados em benefício deles (credores) por meio da contínua pilhagem dos recursos naturais e do meio ambiente, da consolidação da economia de exportação baseada na mão-de-obra barata e da aquisição das empresas estatais mais lucrativas pelo capital estrangeiro"(1999, p.171). E tem mais: "os lucros do Estado seriam privatizados em troca da dívida, os custos do trabalho seriam comprimidos em consequência da desindexação dos salários e das demissões de trabalhadores.

A inflação foi diretamente engendrada pelas reformas macroeconômicas". Diante disso, o autor é conclusivo. "A pobreza não foi apenas "o resultado" das reformas, ela foi também 'uma condição explícita' do acordo com o FMI"(1999, p.171). Está assim dado um dos componentes da Questão Social do Brasil numa conjuntura em que o serviço da dívida externa, hoje, é o compromisso mais importante. "A 'agenda oculta' do Plano Collor consistia em cortar gastos públicos e salários para liberar o dinheiro necessário para o pagamento do serviço das dívidas interna e externa"(1999, p.172). Todavia este ainda é o "primeiro ato" da "saga da dívida do Brasil" conforme nosso intérprete: Os próximos atos vão aprofundando em muito a questão e é redundante dizê-lo que sempre em maior benefício dos senhores do "Consenso de Washington", aqui, especialmente, denominados de credores de um país que se coloca de joelhos; que além de aumentar em muito os juros sobre o serviço da dívida externa, se exige que abdique dos direitos que inscreveu recentemente em sua constituição. Porquanto para adequar-se ao Consenso de Washington, representantes, falando em nome da missão do FMI, declaram "que se o Brasil quisesse fazer um novo acordo de empréstimo com o FMI teria que fazer reformas econômicas que implicariam emendas na Constituição",

tornou-se mais nítido, bem como as suas consequências econômicas e, sobretudo, sociais"(SOARES, 2000, p. 39).

uma vez que "várias cláusulas da Constituição de 88 eram obstáculo para se atingir esses objetivos". O que incomodava era a "estabilidade dos funcionários públicos federais".

Calculava-se que a fim de atingir as metas com o FMIurgia "uma demissão em massa de servidores públicos".⁵ Também estavam em discussão "as regras de financiamento dos programas estaduais e municipais dependentes de recursos do governo federal. Essas regras limitavam a capacidade destes últimos de cortar os gastos sociais e de redirecionar a receita para o serviço da dívida"(1999, p. 174). Igualmente, "as cláusulas relativas à Previdência Social" era outra barreira para o serviço da dívida. A própria forma de "privatização de empresas estatais estratégicas da economia" também, exigia revisão constitucional. E um "novo acordo" se apresenta, cujo "ajuste fiscal foi particularmente brutal: 65% das despesas correntes já estavam alocados para o serviço da dívida e o FMI estava exigindo mais cortes nos gastos sociais". Sobre isto o Sr. Marcílio Marques MOREIRA, o homem de confiança dos senhores credores do Brasil,⁶ assim se expressa: " 'um novo capítulo cheio de oportunidades'. Este é o 'novo Brasil', reinserindo-se na comunidade internacional de modo dinâmico, competitivo e soberano", discursava o ministro (1999, p.175).

Na seqüência, já no governo Itamar, houve a promessa de "aumentar salários reais, abaixar preços das tarifas públicas e modificar o programa de privatização", mal se dando conta dos limites colocados pelo acordo com o FMI no ano anterior. "As declarações populistas do novo presidente desagradaram tantos os devedores

⁵ Para isso a mídia se encarregou de colocar na boca de um Presidente desvairado, um discurso moralizante, o que para a população significou a "caça aos marajás".

⁶ O Ministro de economia e finanças, já no governo Collor, logo após a ministra Sra. Zélia, foi bem recebido pois já desenvolvera estreito relacionamento, enquanto embaixador em Washington, com Sr. Michel Camdessus

quanto as elites nacionais". Mas ele se redimiou, nomeou um novo ministro, que pediu, "esqueçam tudo o que escrevi..." e o empresariado, um pouco apreensivo no começo, logo foi tranquilizado.. (1999, p.175-176). Já o Sr. Fernando Henrique CARDOSO mostrou a que veio, ele entendeu que "a aprovação das reformas do FMI exigiria a manipulação da sociedade civil, bem como a reunião de forças no Legislativo", muito hábil, intelectualmente credenciado, levou a opinião pública a "crer que a desindexação salarial era o único meio de 'combater a inflação'". E não considerado suficiente, em julho de 93, o "poderoso" ministro "anunciou cortes orçamentários de 50% na educação, na saúde e no desenvolvimento regional", também, as revisões constitucionais foram encaminhadas e aprovadas no congresso. Quanto aos salários, resultaram uma "economia" para o Estado e aos credores de US\$ 11 bilhões (1999, p.177).⁷ E desta vez, com prazos "bem precisos" em abril de 94, foi assinado o "acordo em Nova York, referente à 'reestruturação' "da dívida comercial de US\$ 49 bilhões, nos termos do Plano Brady (1999, p.177). Diante de tantos predicados estava o ministro agora qualificado a ser candidato à Presidência da República. Embora com "lamentáveis atrasos" o Legislativo aprova as "reformas fiscais do FMI, implicando a criação de um Fundo Social de Emergência (FSE), de acordo com o modelo do Banco Mundial". Como consequência se "obrigou o governo a cortar o orçamento federal (e, com isso, o investimento público) em 43%, bem como redirecionar as receitas do Estado para o serviço da dívida" (1999, p.178). E como só poderia ser o desdobramento lógico, "as medidas impostas pelos credores foram um golpe final letal para os programas sociais do

do FMI e com David Mulford, subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos (CHOSSUDOVSKY, 1999, p.173).

⁷ Os US\$ 11 bilhões de "economia para o Estado, resultou de um veto presidencial para o ajuste de salários que havia sido aprovado no Congresso. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 184).

Brasil, já em adiantado estado de decadência devido às sucessivas 'terapias de choque' "(1999, p.178).

A criação do FSE, "financiado com cortes do orçamento" (...) "representou um importante marco político: foi o fim da soberania na política social, pois, daí em diante, orçamentos e estruturas organizacionais seriam monitoradas diretamente pelas instituições de Bretton Woods sediadas em Washington, e agindo em nome dos bancos credores internacionais". Assim, conclui-se, com o autor, "a ruína e a destruição dos programas sociais do Estado e a gradual extinção da Previdência Social foram condicionalidades para assinatura do acordo". A fim de assegurar economias do Tesouro Nacional para o pagamento de juros da dívida externa "as transferências federais para os governos estaduais e municipais, destinadas à saúde, educação e habitação, foram congeladas". Governos municipais e estaduais, agora teriam que se tornar "tributariamente autônomos"(1999, p.178). O FMI também aponta para um programa de "rápida privatização", que segundo NETTO, se constituiu numa "selvagem dilapidação" do patrimônio público. (2000, p.80). Com a tarefa em dia, com um bom desempenho, o ministro "foi recompensado" e eleito presidente nas eleições de 1994, apoiado por uma campanha de muitos milhões de dólares na mídia, bem como por um acordo (verbal) feito com os principais interesses comerciais do país, para que os preços não fossem aumentados durante a campanha eleitoral"(1999, p.179), o que foi fundamental para receber o apoio dos "setores mais pobres da população que sobrevivem à margem do mercado de trabalho".

O resultado foi uma trajetória de encenações com "um governo paralelo" que se reporta a Washington, quando os "credores estão no controle da burocracia do Estado" que "está falido e seus bens estão sendo liquidados no programa de

privatização"(1999, p.182-183). Como resultado, produzindo uma cara muito pobre para o Brasil, como se verá mais adiante. Mas esta encenação tem mais capítulos. FHC se reelege em 1998. Estava em causa um projeto de grande envergadura e significação, colidindo com a ordem constituída e com as aspirações da massa dos trabalhadores, também de setores da média burguesia, o que só seria viável num tempo mais dilatado do que um mandato apenas (NETTO, 2000, p.80).

O Brasil também teve o seu "11 de setembro". Porém, o ataque veio do FMI. ⁸ Uma vez que "os cofres do Banco Central estiveram sendo saqueados pelos 'especuladores institucionais' ", com um agravante; "a conivência tácita do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso". Segue o autor, "As autoridades brasileiras permaneceram negligentes, ... não instituíram qualquer controle de câmbio para amenizar o escoamento da riqueza monetária"(1999, p.299). Dentre outras coisas, produziu um "impacto devastador da restrição de crédito sobre os produtos nacionais, como também "a dívida interna do Brasil quase duplicou em menos de seis meses...(1999, p.299). Segundo o autor, - analisando a crise financeira de 98_, "encontra-se em formação no Brasil um esquema financeiro fraudulento de muitos bilhões de dólares". A operação feita "sob os auspícios do FMI, é uma 'reencenação' das incursões especulativas" que se dera também no Sudoeste Asiático em 1997, portanto, faz parte da vocação globalizante do capital.

O Brasil na mundialização, moderno como queiram outros, agora são os "próprios administradores financeiros de Wall Street que decidem a agenda macroeconômica do Brasil, são os principais agentes especulativos versados na arte da manipulação do mercado". É uma afirmação que nos dá bem a dimensão do

⁸ "Em um só dia, qual seja o de 11 de setembro de 1998, em meio à turbulência da Bolsa de Valores de São Paulo, cerca de US\$ 1,7 bilhão deixaram silenciosamente o país. Em outubro, o ritmo da fuga de capitais (

ambiente financeiro, que, como só poderia ser, o acesso a informações privilegiadas sobre desvalorizações, sai dinheiro de nossos cofres para se alojar nas "ilhas" dos bancos no exterior, e como consequência, "liquidação do Banco Central", baixa de reservas e disposição para novos empréstimos, e a dança da ⁹ ciranda da globalização está instalada.

Enquanto em Washington se estimula a colaboração para fortalecer o setor financeiro privado, aqui se faz "ajuste fiscal e austeridade". O Presidente Fernando Henrique, defende uma 'terapia "econômica" para resgatar a 'fé e confiança' dos investidores estrangeiros" o que é sabido, resultará em outras "falências de bancos e em desemprego em massa" registra CHOSSUDOVSKY (1999, p. 301). O retrato do Brasil mundializado fica cada vez mais nítido e apresenta imagens como esta: "sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, os credores estão no comando da burocracia do Estado, e de seus políticos. O Estado está arruinado e sua massa falida está sendo levada a leilão sob o programa de privatização...(1999, p.301). A "crise econômica chega a uma encruzilhada perigosa", e seu impacto sobre a América Latina, "provavelmente será mais destrutivo do que no Sudoeste Asiático". Só lembrar o que aconteceu com alguns dos principais países onde a globalização, com esquema financeiro do FMI, lançou tentáculos, com consequências devastadoras para o emprego, e um empobrecimento geral, dando mostras de ser uma nova "recolonização do continente".

canalizada pelo mercado de câmbio) foi, em média, de US\$ 400 milhões por dia..." (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 299).

⁹ "A política social aparece inteiramente subordinada à orientação macroeconômica que, por sua vez, é estabelecida segundo os ditames do grande Capital"(NETTO, 2000, p. 87) .

3.2. A QUESTÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO E DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Ao tentar apreender as novas determinações históricas, que no Brasil, parece incluir, além do econômico, o social e o político, a questão cultural, étnica, de gênero e de nação, é igualmente necessário ter presente o perigo de pulverizar "várias questões sociais" de modo a desfocar as necessárias mediações para compreender-lhe as particularidades. Entende-se, desta forma, embora se queira focar o Brasil na conjuntura da reestruturação produtiva - que se pode melhor alcançar o objetivo se houver referência ao que está na raiz da questão. Para isso orienta RIZOTTI, - a procura está em situar a Questão Social a partir de diferentes interpretações: a da desigualdade presente no pensamento brasileiro -, é que o estudo deveria referenciar; não só na manifestação da desigualdade social, mas no elemento político que medeia as relações, bem como "da constituição da sociedade brasileira e da organização do Estado que lhe daria unidade". Dessa forma é preciso ter presente na análise, ainda segundo RIZOTTI, elementos que procurem discernir o caráter do desenvolvimento nacional, da formação da identidade brasileira, para melhor compreender a Questão Social no Brasil. (2000,p.207-208).

Quando se pensa nos aspectos, supracitados, em relação ao Brasil, o nome de Octávio IANNI surge ao natural, e nos introduz em sua análise com o seguinte: "A história da sociedade brasileira está permeada de situações nas quais um ou mais aspectos importantes da questão social estão presentes"(1992, p.87). Nas várias repúblicas, seja a oligárquica, a populista, a militar ou a nova, a questão social se apresenta como um "elo básico da problemática nacional"(...) "Reflete sim

disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal"(IANNI,1992, p.87). Ela está presente, segundo IANNI, nas rupturas políticas ocorridas em 22, 30, 37, 45, e 64, para mencionar algumas, e acrescenta ainda os impasses de 1985 com a Nova República.

"As controvérsias sobre o pacto social, a tomada de terras, a reforma agrária, as migrações internas, o problema indígena, o movimento negro, a liberdade sindical, o protesto popular, o saque ou a expropriação, a ocupação de habitações, a legalidade ou ilegalidade dos movimentos sociais, as revoltas populares e outros temas da realidade nacional, essas controvérsias sempre suscitam aspectos mais ou menos urgentes da questão" (IANNI,1992, p.88).

Depreende-se, assim, de sua leitura, que as manifestações têm que ser levadas em conta para compreender a particularidade das questões sociais no Brasil. Encontra-se um IANNI, bastante afirmativo no que se refere à questão escravista. "É claro que durante a vigência do regime de trabalho escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Nem sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse, declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte". A contrapartida, na perspectiva do escravo, continua o autor, "era o suicídio, a tocaia contra o senhor, membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saque, expropriação". E assim se entende que "a questão social estava posta de modo aberto, transparente"(1992, p.88).

O autor informa, ainda, que mesmo após a abolição a maioria dos protestos, tanto no campo quanto na cidade, eram tratados com repressão. "Ao longo das

décadas de 20 e 30 os governantes começam a admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia, e começar a ser tratada como um problema político". Segundo registros do próprio autor, leva tempo a moderada alteração de atitudes e métodos, além disso são freqüentes os retrocessos. Ele, diz, também: "nunca deixou de ocorrer a repressão contra diferentes manifestações sociais de setores populares, no campo e na cidade". Aparelhos repressivos de "dentro e de fora das agências estatais, agem no sentido de anular ou intimidar movimentos, sindicatos e partidos, suas bases e lideranças". Remete estas questões todas a "raízes que implicam militarismo e populismo" (1992, p.89).

O processo de desenvolvimento "extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, provoca os mais diversos movimentos dos trabalhadores, ..." (...) "As crescentes diversidades sociais estão acompanhadas de crescentes desigualdades sociais. Criam-se e recriam-se as condições de mobilidade social horizontal e vertical, simultaneamente às desigualdades e aos antagonismos. É o contexto em que emprego, desemprego, subemprego e pauperismo se tornam realidade cotidiana para muitos trabalhadores". (1992, p. 91-92). E "sob essas condições, manifestam-se aspectos mais ou menos graves e urgentes da questão social. As lutas sociais polarizam-se em torno do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho na fábrica e na fazenda, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos, cidadania". E como contrapartida "aos poucos, a história da sociedade parece movimentada por um vasto contingente de operários agrícolas e urbanos, camponeses, empregados e funcionários. São brancos, mulatos, negros, caboclos, índios, japoneses e outros" (1992, p. 92).

Aqui IANNI dá uma das melhores contribuições para que se entendam certas particularidades da questão social no Brasil. "Conforme a época e o lugar, a questão

social mescla aspectos raciais, regionais, culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural"(1992, p.92).

Na seqüência ele oferece uma preciosa síntese, que expressa a visão do autor, sobre a Questão Social no Brasil.

Vista assim, em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento apresenta-se como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. Isto é, a situação social de amplos contingentes de trabalhadores; fabrica-se precisamente com os negócios, a reprodução do capital. As dificuldades agudas da fome e de desnutrição, falta de habitação condigna e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna,... (IANNI, 1992, p. 92-93).

A "criminalização da questão social" é outro aspecto presente no trato da questão brasileira destacada por IANNI. "Praticamente um século após a Abolição da Escravatura, ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada", quando, "há estudos em que a 'miséria', a 'pobreza', e a 'ignorância' parecem estados de natureza ou da responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto". E o lamentável é que 'não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem as desigualdades sociais"(1992, p. 97).

No diálogo com outros autores brasileiros, evidentemente, numa visão distinta sobre a questão social afirma-se no processo deste trabalho, além de reafirmar a percepção de "que a economia e a sociedade, a produção e as condições de produção, o capital e o trabalho, a mercadoria e o lucro, o pauperismo e a propriedade privada capitalista reproduzem-se reciprocamente". É claro que , parte do pensamento brasileiro, diante de uma realidade social muito problemática, incômoda, às vezes explosiva, prefere '**naturalizá-la**' " ou então considerá-la uma '**fatalidade**', ou ainda "**uma herança arcaica**". (1992, p. 100).

Dentre aqueles que a explicam, como sendo da **natureza**, o fato de ser pobre ou infortunado; uns tentam transformar os problemas da questão social em problema de **assistência social**; e outros em **problemas de violência**. Como também as duas podem estar combinadas: assistência e repressão, ou seja, aquilo que já se ouviu em outras fontes, é a política do "pão e pau", porém o pão sempre teimava em faltar, observam outros.

Outro aspecto muito presente no pensamento brasileiro é que "toda a manifestação de setores sociais subalternos na cidade ou no campo podem trazer o 'gérmen' da subversão da ordem social vigente", daí a resposta óbvia ser a da repressão, ou então "reformular alguma coisa para que nada se transforme". Tudo, enfim, pela causa da "paz social", ou a "lei e a ordem" (1992, p.100-101). Porém, já na Primeira República, nos informa IANNI: greves na lavoura cafeeira, na indústria, ainda incipiente, com greves já enfrentam as "técnicas oligárquicas e patrimoniais de controle e repressão". Como a exigência do próprio capital estrangeiro aos poucos passa a exigir relações mais "modernas", é nesse contexto, que "alguns intelectuais, políticos, membros de governo e empresários começam a reconhecer a "conveniência de equacionar a questão social" (1992, p. 103).

June E. Hahner¹⁰ informa a Questão Social, no final do século XIX na Europa, - que inspirou a encíclica *Rerum Novarum*, do Papas Leão XIII, o sistema Bismark de seguro social e outros esforços para melhorar as condições de vida e de trabalho das classes baixas -, também denominada de "questão do trabalhador" como uma das questões mais preocupantes para os políticos, filósofos, publicistas e

¹⁰ A "**Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil - 1870/ 1970**", se constitui sem dúvida uma obra de consulta necessária para quem pretende buscar informações bastante detalhadas sobre a formação do pensamento político brasileiro, ao analisar os pobres urbanos, a partir de diferentes posições, dos intelectuais, políticos ou enfim, parafraseando FAORO, "os donos do poder", desse período.

filantropos de todo mundo. "Entretanto, os ricos brasileiros leitores das revistas ¹¹ "podiam descansar, seguros de que, não tinham responsabilidade pessoal por este problema, já que, como um artigo de 1944 argumentava, em países do Novo Mundo com poucos habitantes como o Brasil, 'o problema proletário ainda não existe, exceto na imaginação de alguns... conhecidos agitadores, que procuram extrair vantagens políticas ou pessoais de movimentos que eles instigam'" (1993, p. 291). Segue, HAHNER, "A Questão Social emergiu como matéria política em 1910, durante a primeira eleição presidencial, seriamente disputada no Brasil. Na Velha Republica(1889 - 1930), coalisões de líderes políticos vindos de estados importante, como São Paulo e Minas Gerais, apoiados pelo Exército, controlavam os negócios políticos nacionais e escolhiam o Presidente(1993, p. 292). ¹² Expondo dessa forma a fragilidade de nossa vida política, um dos elementos necessários na expressão da Questão Social. Mais adiante, nos informa que as "greves de 1917 forçaram a 'questão social' para dentro dos salões do Congresso. Os representantes eleitos da nação não podiam mais ignorar os sofrimentos e ressentimentos da classe baixa. Através da legislação trabalhista, como aquela proposta durante anos por congressistas com algumas idéias sociais, alguns segmentos dos trabalhadores pobres podiam ser ajudados, pacificados e controlados" (1993, 308. Está expressa aí não só a concepção da Questão Social, como também "as soluções", de propor **"algumas idéias sociais, para serem ajudados, pacificados e controlados.** Não bastasse isso, veja-se: "Durante os anos dominados pelas greves da Primeira

¹¹ Refere-se , a autora a artigos publicados em "acetinadas publicações e revistas elegantes como *Kosmos* , sempre rápidas em publicar as tendências estrangeiras..." (HAHNER, 1993, p. 291).

¹² "Raramente estas eleições eram disputadas. A política Nacional no Brasil conservava-se em grande parte, um jogo de patronagem e privilégios econômicos, com o Presidente a República dispensando os maiores prêmios. As eleições eram pouco mais do que uma formalidade. Com o voto limitado aos cidadãos homens, alfabetizados e com mais de 21 anos, menos de 3% da população participava das eleições presidenciais"(HAHNER, 1993, p. 292).

Guerra Mundial, as forças do governo reagiram à Questão Social não apenas **intensificando as medidas repressivas contra as organizações operárias independentes**, mas também aprovando alguns artigos **menos importantes da legislação trabalhista**" (HAHNER, 1993, p. 310).

"Entre 1870 e 1920, a sociedade urbana brasileira tornou-se mais complexa e diversificada", nos informa HAHNER, a partir de uma série de constatações, - equilíbrio entre renda; crescimento dos centros urbanos; imigração europeia; migração interna; aumento da industrialização e da atividade comercial; melhoria na comunicação e no transporte; elevação da alfabetização; - o que "facilitou o surgimento de novos grupos, idéias e doutrinas, contribuindo para a intensificação da vida política". o que leva a concluir: "embora a 'questão social' fosse comumente considerada apenas um 'assunto de polícia' como era dito na Velha República, **meios mais sutis de controle social** vieram aos poucos complementar o **uso da força**. Mas muitos aspectos da vida dos trabalhadores permaneceram, em grande parte, inalterados"(1993, p. 317, grifo nosso). Revela-se aí o que está na raiz mesmo do tratamento dado à Questão Social no Brasil.

Ainda presente na formação do pensamento brasileiro, quanto às relações do trabalho é oportuno que se registre que com o declínio do regime escravista começa "um processo de redefinição ideológica do trabalho braçal", especializado ou não. Ao longo das várias repúblicas, "desenvolve-se uma vasta louvação do trabalho, como indispensável à vida do indivíduo, dos negócios e da nação" (IANNI, 1992, p.105). Muito ilustrativa é uma citação que o autor nos traz de Rui Barbosa: "O trabalho não é castigo: é a santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho

é bom. Tudo o que amontoa pelo trabalho é justo. Tudo que se assenta no trabalho é útil. Por isso, a riqueza, por isso o capital, que emana do trabalho, são, como ele, providenciais" (in IANNI, 1992, p.106). É este mesmo pensamento que ainda está muito vivo por ocasião da proclamação da nossa Constituição de 88. O Sr. Roberto Campos, senador e constituinte, "diante das conquistas sociais que se achavam em discussão na Assembléia Constituinte, passou a combatê-las dizendo que se queria 'entronizar a preguiça' na Constituição". O Sr. Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Constituinte, por ocasião da solenidade da promulgação da Constituição, assim se expressa: "O inimigo mortal do homem é a miséria". E julgou conveniente valorizar o trabalho, condenando a ociosidade, explica IANNI. "A nação repudia a preguiça, a negligência, a inépcia" (1992, p. 107-108).

Enfim, conclui IANNI: "A história da questão social do Brasil pode ser vista como a história das formas de trabalho. Com uma reiterada apologia do trabalho. Essa é uma pedagogia antiga, contínua e presente. Em todos os lugares, de modo explícito e difuso, no meio do entretenimento e de forma subliminar, sempre está em curso a pedagogia do trabalho"(1992, p.108).

Vale lembrar que os autores se encontram normalmente situando uma questão social no Brasil em torno da década de trinta, uma vez que no período há no Brasil nova conformação do capital, ou seja, o capital industrial torna-se visível e ganha expressão. Veja-se: "No Brasil, a configuração da 'questão social' no bojo da economia capitalista, se deu a partir de 1930, refletindo o avanço da divisão do trabalho e vinculando-se à emergência do trabalho assalariado" KAMEYAMA, 1994, p. 9).¹³

¹³ Somos informados que "nesta fase a 'questão social' adquire caráter social e, do ponto de vista de atendimento público, assume forma, ainda que embrionária, de política social" (KAMEYAMA, 1994, p. 9)

O componente **da resistência**, também se faz presente no período, ele é encontrado, só para lembrar alguns aspectos, elucidado na obra de Maria Izilda Santos de MATOS, em "**Trama e Poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café- São Paulo, 1888 -1934**", ali é encontrado com lucidez e fluência, a partir da indústria têxtil, especialmente da sacaria, o que situa as formas de resistência, especialmente operária, do período. Por um lado, recupera as condições de trabalho a que homem e mulher se vêem submetidos, além das diversas formas de fiscalização e dos mecanismos de controle, tentativas de disciplinar o cotidiano do operário; por outro, lado buscar descobrir as formas de resistência e luta, a organização e as táticas que o trabalhador tem que desenvolver para superá-las. Aborda desde as questões relativas às condições de trabalho, jornada e salários, higiene, salubridade e acidentes de trabalho, como também o trabalho feminino no domicílio e na fábrica, enquanto espaços público e privado. (1996, p.78-98). Descreve o processo de organização do Trabalho em torno das "práticas coletivas do fiar, tecer, costurar e resistir..." (1996, p. 108-132). Por outro lado, a partir da análise que faz em torno da indústria têxtil da sacaria do café, período em que a indústria se visibiliza enquanto tal, ela trabalha num fio muito tênue, ou seja, a relação de passagem do setor agrícola (no caso do cafeeiro) para afirmação do setor industrial e já às voltas com o comércio (questões alfandegárias, pois se tratava de produto de exportação). E como se "arbitraram" os conflitos presentes nos diversos setores, contra a organização do Trabalho, recuperando a figura do Estado, como árbitro neutro entre diferentes interesses, em nome do "elemento da nacionalidade como desejo comum a todos", (MATOS, 1996, p.133-194), ou seja, como os interesses particulares de classe, podem assumir a expressão como se fossem interesses universais. Dessa forma, a questão nacional

pode se tornar um elemento capaz de escamotear e fragilizar resistências e lutas que poderiam contribuir para maior redistribuição dos bens produzidos.

Uma abordagem muito significativa, quanto aos elementos presentes na composição da formação do pensamento brasileiro, a partir de uma "burguesia 'débil'", um "Estado autocrático", que exclui as massas pela "coerção" e/ou pelo processo manipulatório do "paternalismo", pela ideologia do "favor", encontram-se em MAZZEO.¹⁴ Enquanto analisa as "origens da aristocracia burguesa" e do que viria a ser tendência de "fazer as articulações pelo alto" como também o gosto pela política paternalista e do "favor". MAZZEO trabalha com a convicção da presença do caráter capitalista já presente na própria forma de nossa colonização. Uma vez que "no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial (...) destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical de que o Brasil é uma das resultantes...(MAZZEO, 1997, p. 56).

O aspecto do "latifúndio escravagista moderno", e que marca o desenvolvimento histórico e social do Brasil, além do "maneirismo aristocrático" que vem com os portugueses, constrói uma "superestrutura específica, isto é, uma sociedade conservadora e rígida, cuja classe dominante - os aristocratas 'tupiniquins' -, por sua própria origem histórica, nasce subordinada, econômica e ideologicamente, aos centros avançados do capitalismo mundial" (1997, p. 87-88). Acrescentando ainda que "além da grande exploração rural, os donos da terra

¹⁴ Antônio Carlos MAZZEO. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. É uma reflexão que vem embasada sobretudo em Caio Prado Jr. **Evolução política do Brasil** e outros estudos, 1971, a; **História econômica do Brasil**, 1971, b; **História e desenvolvimento**, 1972, a; **A revolução brasileira**, 1972, b; e Florestan Fernandes. **A revolução burguesa no Brasil**, 1975 e **Apontamentos sobre a teoria do Autoritarismo**, 1979.

monopolizam também riqueza e poder político"(1997, p. 88), o que, sem dúvida, marca o pensamento dominante por muito tempo, na medida em que uma "burguesia 'débil'", para se manter no poder concilia-se com o capital externo e reprime as massas populares. Se aponta para aquilo que ainda hoje caracteriza nossos governantes, em geral, sempre elegantes, porque inseguros, no trato com os da faixa externa, banqueiros e autoridades do FMI e autoritários com os da faixa interna - movimentos sociais, sindicatos e a sociedade civil organizada em geral.

Essa "debilidade econômica, formadora do Estado que a expressa, não permitirá que a burguesia brasileira instale, na vida política nacional, os elementos democráticos, típicos das burguesias que alcançaram o poder pondo abaixo a ordem anterior, pela via da revolução" (1997, p.21).

Neste contexto, situa o Brasil como um Estado Autocrático, porque está privado dos elementos democráticos da burguesia, presentes em outras configurações. "O Estado aparece 'não como a representação do poder popular, mas como representação de um espírito comum'"(1997, p.117). Dessa forma ao descrever "o caráter do Estado nacional brasileiro", especialmente a partir do "processo emancipatório" ("independência"), diz "não existir condições históricas para o surgimento de uma burguesia revolucionária, de ideologia liberal", fato agravado com a presença do trabalho de estrutura escravista (1997, p.123-124). Aqui a absorção liberal só se dá no aspecto econômico e com restrições. Quanto ao aspecto político a "*liberté, égalité e fraternité* dos revolucionários franceses e norte-americanos, assim como a noção de sociedade civil burguesa, será restrita aos que possuem terras, escravos e dinheiro"(1997, p.124). É este o fundamento que marca a formação da sociedade civil brasileira, se fazendo pela "vida prussiana", ou seja, através de "acertos por cima", com a exclusão das massas populares.

Em relação a algumas experiências revolucionárias na América Central, o autor cita a revolta dos negros do Haiti, que ensinaram à burguesia latifundiária do Brasil, que "a participação popular, no processo revolucionário, encurta o espaço de privilégios e de mando político", e quando, "generalizadas nas massas oprimidas, as idéias revolucionárias podem representar sentença de morte aos exploradores (...) daí o terror às massas populares" (1997, p.126). E é a partir daí, quase como que concluindo o que o autor diz, "ressaltemos, ainda que a sociedade escravista brasileira não se consubstanciava apenas nas práticas costumeiras, que fique claro, de coerção violenta. Essa era comum aos escravos, cuja situação era impossível esconder". Há no entanto, outro lado, "o lado reverso da coerção violenta, uma forma dissimulada (manipulatória) e por isso mais terrível de coação, expressa no 'paternalismo', na 'ideologia do favor'"(1997, p.16). Assim, a partir de SCHWARZ (1977, p. 16), afirma-se, "com mil formas e nomes o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional..."(1997, p. 127).

3.2.1. QUESTÃO SOCIAL: ELEMENTOS DA HISTORICIDADE BRASILEIRA

Compreender a formação da Questão Social brasileira ligada à questão da "desigualdade e injustiça estruturais de longa duração" (WANDERLEY, 1997, p. 126) é uma das contribuições extraídas da riqueza de elaboração apresentadas pelo autor ao analisar a questão social na América Latina no contexto da globalização. Acrescenta ele o elemento que chama de "princípio da exclusão", caracterizado, segundo o autor, "tanto da parte dos excluídos do processo produtivo do trabalho salariado, quanto da parte dos excluídos pela origem étnica, pela identidade cultural, pelas relações de gênero"(1997, p. 57), que seguramente nos guiarão para um pouco mais próximos da especificidade brasileira quando ele os problematiza a partir das "extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos" (1997, p. 56), o que se desenvolveu sempre a partir da visão dos dominadores. Sempre entendendo que para transformar-se em Questão Social precisa se "percebida", "assumida", enfim é preciso "torná-la política", "transformá-la em demanda política"(1997, p. 57). Registra-se por isso o elemento da **resistência**, como elemento capaz de oferecer a **denúncia**. Assim temos:

- a) **O tema indígena:** Uma vez que a Europa veio aqui e "descobriu o que queria descobrir" segundo pensamento que WANDERLEY traz partindo de autores que têm ricas análises sobre o descobrimento, a partir da "visão dos conquistados", afirma que até os nossos dias, uma parte da questão social estruturante perdura na temática indígena (1997, p. 69). Muitas vezes, tratada como "questão sócio-econômico-política" para uns; uma "questão

ética e filosófica, com repercussões jurídico-políticas" para outros. (1997, p.74). Citando MARIÁTEGUI: "A questão indígena tem origem em nossa economia. Tem raízes na propriedade da terra"(in WANDERLEY, 1997, p. 74). Hoje ela se mostra, mantendo marcadas raízes do século XVI, "na matança , tomada de terra, massacres, atrasos nas demarcações, conflitos fundiários, pressões de políticos e grupos interessados nas terras pela revisão dos dispositivos constitucionais (caso brasileiro), constituem fatos concretos dessa história interminável" (1997, p.78). Acrescenta-se-lhe ainda o peso do preconceito de que continua sendo vítima, considerado como "não-gente", assim como no tempo da ocupação dos espanhóis católicos, quando vieram a esta parte da América, e consideravam que os seres aqui encontrados "não tinham alma", e o preconceito contra o ser do índio continua na triste história recente, quando foi queimado o Índio Pataxó, em praça pública na capital brasileira.

Sua resistência: lutas por identidade, memória, autonomia, convivência pluralista, com algumas novas feições, como, manifestações públicas, filiação a partidos políticos, associações, ocupações de terras e, ultimamente no Brasil, invasões de agências públicas, tomadas de reféns, acampamentos nas cidades (1997, p.77), criação de "casas do índio" nos municípios, onde expõem os artesanatos e a cultura, ou seja, onde ele mesmo se expõe porque fora do seu meio, como forma de dizer; o que também fazem quando são encontrados em suas representações nos congressos: "ouçam-nos: nós temos nosso jeito de ser e de viver".

Alguns avanços já se registram a partir da inscrição na Constituição de 88, art. 231, como "Nações indígenas", em que são reconhecidos, pela organização social,

costumes, crenças, tradições, direitos sobre terras, que tradicionalmente ocupavam(1997, p. 77).

b) **Questão nacional:** está na gênese do "encontro do estrangeiro com o nativo" (1997, p. 83), por isso se expressa na mestiçagem, nas questões de fronteira, questões regionais, tanto para direcionar recursos do governo, quanto na discriminação entre as regiões, expressando-se, por exemplo nos nordestinos em São Paulo, nos separatistas latentes na "República dos Pampas", nas categorias sociais, como os "brasiguaios", que demonstram com clareza dificuldades e problemas da questão nacional (1997, p. 87).

Respostas de resistências: Grupos políticos e acadêmicos insistem na necessidade de redefinir a federação e na formulação de projetos estratégicos alternativos, envolvendo questões diversas, na elaboração de projetos nacionais (1997, p. 87-88). Acredita-se, como as outras questões, esta especialmente é atualíssima, quando na mundialização do capital, o espaço da nação ficou reduzido e clama por afirmação. Mesmo após 114 anos do fim da escravidão, uma "Pesquisa do Datafolha" informa: empregados negros com carteira assinada ganham 42% menos que a média paga ao trabalhador em geral. Se levado em conta o trabalho informal no qual as condições de trabalho ainda são piores. (Jornal Folha de SP. 24 de mar. 2002, p. 5). Estas e outras informações dão conta de que o racismo no Brasil não é tão "cordial" como alguns querem fazer crer.

c) **A situação dos negros:** "A situação dos negros vai se manifestar como uma questão social, germinalmente, por problemas econômicos quanto ao seu custo e produtividade"(1997, p. 90-91). Tornou-se mais acirrada na agenda política após o

processo abolicionista. Passa pela questão do "embranquecimento", imposição de fazê-lo "pensar como branco". Está comprovado que ainda encontra dificuldades para ocupar as mesmas posições do branco, especialmente no trabalho, normalmente, ganhando menos.

Sua resistência; como visto anteriormente, já começava nos navios negreiros, continuava nas plantações até a formação dos quilombos (1997, p. 93). Organizações mais recentes estão nos movimentos pela "consciência negra", que procuram afirmar, seus costumes, valorizar a raça, estimular para preservar seu estilo de vida. Enfim garantir posições mais igualitárias. ¹⁵

d) A situação da mulher: trata-se de uma questão especial porque contempla, além da mulher em geral, a mulher indígena, negra, rural, operária, favelada e a doméstica. "Permeia todos os setores e classes sociais inclusive as dominantes".

Sua resistência resulta da "tomada de consciência individual de determinadas mulheres e de certos grupos que, com imensas dificuldades conseguiram impactar um círculo maior de pessoas"(1997, p.95-96). Também os movimentos feministas havidos, no início do século , mas em especial o dos anos 60. Eles tiveram avanços na proclamação do Ano Internacional da Mulher 1975, e dos Congressos Internacionais com destaque para Beijing, em 1996, que estimulou ações afirmativas da mulher , em especial no mundo do trabalho como também da política. A criação de Conselhos representativos, as Delegacias da Mulher, uma rede de Associações de Mulheres, e de Associações de Bairros, em geral, onde ela desponta como principal liderança, também da definição de quotas nos partidos

políticos e nas direções sindicais. É muito expressivo e pelo que se observa, muito verdadeiro para a atualidade o que WANDERLEY afirma: "A nova identidade das mulheres irrompe de práticas em que elas se descobrem como pessoas e cidadãos, o que tem revolucionado a própria identidade dos homens"(1997, p. 100). Acredita-se que neste século, ao lado da temática da ecologia: a temática de gênero, estarão inscritos entre os debates da maior significância.

e) A situação rural: engloba componentes como o indígena, o negro e a mulher.

Problemas estruturais ligados à propriedade da terra sob a forma de latifúndio e uma discriminação oligárquico-patrimonialista do passado, mas que persiste ainda hoje.

"A implantação da empresa agrícola capitalista pouco alterou as relações de poder"(1997, p.101). Persiste o sistema latifundiário que concentra terras nas mãos de poucos e a empresa agrícola que mantém o "bóia-fria" numa situação pouco diferenciada da escravidão, porém, com um prejuízo: com menos comida e menos saúde. Para não ter dúvidas sobre isto é só sentar nas "rodas" deles e ouvir os relatos, para os quais acrescentar-se-ia nesta mesma situação, o nosso agricultor de subsistência, no interior do nosso Brasil.

A produção com prioridades para a exportação e a monocultura, expõem hoje uma ferida que poderá sangrar muito no futuro; a degradação do meio ambiente ecológico, inclui-se o cultivo de transgênicos sem suficiente e/ou acesso às pesquisas e o uso de agrotóxicos que, ainda, mata muita gente no "silêncio da noite" e nos espaços privados do nosso agricultor.

¹⁵ Com o processo da globalização do capitalismo, "proliferam-se os racismos de todos os tipos sociais, formas culturais, cores raciais. São ingredientes ativos da questão social, junto com o preconceito de sexo e idade, que se aguçam e generalizam em escala mundial" (IANNI, 1999, p. 33)

Sua resistência: a partir da organização em sindicatos e cooperativas de produção , que atinge especialmente a agricultura familiar, e na ocupação de terras pelo Movimento dos Sem-Terra, ainda, a busca de aliados, na política , na sociedade, em geral , como também aliados em outros países. WANDERLEY lembra: "Como resultado, a mobilização dos camponeses e dos trabalhadores rurais vem crescendo, inclusive adotando estratégias e táticas de lutas inovadoras, trazendo, por um lado, maior violência; e por outro, uma conscientização de que nesta face da Questão Social totalizante, reside a fonte de contínuos e graves conflitos sociais" e, ele lembra, ainda o Movimento de Chiapas no México e MST no Brasil (1997, p.105).

f) Situação do operário e favelado urbano: Situam-se como vítimas do mesmo processo: da concentração de renda e do aumento da desigualdade, num contexto mais amplo, mas, também, na atual conjuntura da "desestabilização dos estáveis", considerando que o "incluído" de hoje, seja o "excluído" de amanhã. Com as grandes concentrações urbanas é compreensível que, expressiva Questão Social tenha a cara urbana, expressa no "pauperismo, na violência, no tráfico da droga", na moradia precária, "tornando a situação urbana um elemento crítico da questão social"(1997, p.112), quando a "questão social ainda continua uma questão de polícia", em que se criminalizam, o desempregado, o pobre, o favelado, que hoje, mais do que nunca, são considerados "classes perigosas".

A resistência deste aspecto tentar-se-á contemplar mais amplamente noutro espaço, quando se pretende trabalhar aspectos da Questão Social no espaço local no município.

De qualquer forma registre-se ainda como parte da nossa historicidade: Daqui para frente enfrentaremos novos problemas, típicos de uma população urbana, envelhecida, deseducada, com recursos públicos cada vez mais limitados, ante as necessidades crescentes" (SCHWARTZMAN, 2001, p. 8).¹⁶

¹⁶ Artigo "O censo 2000: avanços e frustrações" (Jornal Folha de S.P. Caderno Censo 2000. 20 dez, p. 8 2001.

3.3. POBRE CARA DO BRASIL

A mundialização expõe um retrato econômico, social e político em que os condutores do processo, sempre mais acumulam poder e riqueza; enquanto os periféricos ao processo, mais se perdem. Resulta que se tem avanços fantásticos em muitas áreas, descobertas há capazes de melhorar e aumentar a vida e muito, o que em último caso é o desejo de todo o ser humano. Porém há um crescimento, em proporções ainda maiores dos que ficam na periferia do sistema, que todos os dias vêem a vida e a dos seus, não só ter menos expectativa, com bem menos qualidade.

Referindo-se especialmente à América Latina, "tocar no tema da pobreza, nesta área do mundo é estar falando de uma situação que afeta a um de cada dois latinoamericanos", afirma, Bernardo KLIKSBURG, (1993, p.7), e não se trata de um tema em retrocesso, pelo contrário tem avançado "e desgraçadamente tem se agudizado muito fortemente nos anos 80", tal é a gravidade do tema, e até parece ironia do autor, ao afirmar : "a qualidade do problema tem-se desgraçado" com isto explica, "entre os pobres o setor que mais cresceu é o dos pobres 'extremos'". (1993, p. 7). Em outras palavras, é a miséria que se aprofundou, uma vez que se trata de famílias, segundo o autor que gastam tudo exclusivamente em comprar alimentos, e mesmo assim não alcançam as calorias necessárias para viver. É uma situação que requer "novas propostas a nível mundial", por tratar-se de " Un Tema Impostegable", conforme o título da obra compilada por KLIKSBURG (1993). Recorda que na Conferência Mundial Social de Copenhague(1991), foi consenso que o tema da pobreza é um tema de direitos humanos básicos e que "não se trata de fazer caridade, mas a sociedade é responsável por garantir aos seus membros

possibilidades de trabalho, e de satisfação das necessidades essenciais". Na mesma direção vão as reflexões da reunião do Clube de Roma, (reunido em Punta del Este, 1991), denunciando: " 'las presentes diferencias económicas mundiales, la vasta y extremada pobreza enfrentada al exceso de riqueza', e marcou a necessidade de superar a atual 'insolidaridad de los países ricos para com los pobres' e 'combatir las diferentes muestras de egoísmo que se manifiestan tanto en el terreno material como en el espiritual... con el fin de incluir la solidaridad mundial como ética suprema de sobrevivencia" (in KLIKSBURG, 1993, p. 12). É este o apelo que se torna cada vez mais forte e freqüente. Tem-se mostrado , especialmente eloqüente para o mundo no II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, 2002.

Acontece que a globalização na sua expressão neoliberal é um projeto para a sociedade, não são apenas medidas econômicas, senão políticas articuladas, em todos os setores, inclusive no social, cujo impacto no Brasil nos ocupará nas próximas reflexões. Gostar-se-ia de ver de forma especial em que consiste e o que mais especialmente causa o pauperismo, ou seja, o agravante do "nosso" pauperismo, como um dos elementos da manifestação da Questão Social.

Como já se constatou na economia brasileira com participação subserviente no processo da mundialização, via FMI, sempre batendo à porta de nossa economia para mais e mais dólares, do serviço de juros de nossa dívida, não só a economia se fragiliza; politicamente, já não se tem vontade própria e o impacto sobre o social produz um quadro que revela uma cara muito pobre deste país. Uma pobreza que cresce a olhos vistos, amontoando as pessoas debaixo de viadutos, crianças nas ruas, doenças endêmicas sem controle e a violência explosiva em todos os meios e lugares.

E, os impactos, para de novo socorrer o FMI, serão devastadores; regiões inteiras do país serão empurradas à recessão. O governo central será enfraquecido: com a iminente fratura da estrutura fiscal federal, os governos estaduais serão deixados à própria sorte, conforme já refletia CHOSSUDOVSKY, (1999, p.302). "A política macroeconômica acelerou a 'expulsão' dos camponeses sem terra do interior, levando à formação de uma força de trabalho nômade que migra de uma área metropolitana para outra. Nas cidades, surgiu uma camada de pobreza urbana inteiramente nova..."(1999,p.179). **Os pobres** são agora "uma nova 'categoria classificatória' ", resultantes de um desemprego aberto, "alvo das políticas focalizadas de assistência..."(SOARES, 2000, p.13). Tudo expresso nos compromissos que se assumiu. "O Fundo Social de Emergência, criado por Fernando Henrique Cardoso em 1994, exigia uma abordagem de 'engenharia social', **uma estrutura política para 'administrar a pobreza' e acalmar a agitação social a custo mínimo para os credores**. E os "chamados 'programas e metas' destinados a 'ajudar os pobres', combinados com a 'recuperação de custo' e a 'privatização' de serviços de saúde e educação foram apresentados como um meio 'mais eficiente' de implementar programas sociais" (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 180).

"O Fundo Social de Emergência foi teoricamente fundado com a finalidade de aliviar a pobreza" (...) "Sancionou oficialmente a retirada do Estado dos setores sociais e a administração da pobreza por estruturas organizacionais separadas e paralelas. Desde o início do governo Collor, várias organizações não governamentais (ONGs) fundadas pelos 'programas de ajuda internacionais tinham assumido gradualmente muitas das funções dos governos municipais, cujos fundos haviam sido congelados em decorrência do PAE"(1999,p.181). Estimula-se que a "produção de pequena escala e projetos de artesanato, subcontratação para empresas de

exportação, programas de emprego e treinamento de base comunitária foram desenvolvidos sob os auspícios da 'rede de seguridade social'. Uma parca sobrevivência era garantida para as comunidades locais ao mesmo tempo em que se continha o risco de insurgência social"(1999, p.181). Encontra-se nesta lógica a Campanha da Cidadania contra a fome e a miséria, iniciada após o "*impeachment*" de Collor (1992), que "deu ao governo Itamar o necessário suporte ideológico". Todavia, logo perde o ímpeto original de amplo movimento popular democrático contra as políticas do Estado. (1999, p.180). Como consequência, a " pobreza e a fome foram retratadas na imprensa brasileira na forma estilizada dos tablóides; com as verbas nas mãos das elites financeiras, nenhuma ligação foi feita entre o 'remédio econômico' do FMI e a ocorrência da fome. À medida que a crise econômica se aprofundava, a campanha servia ao útil propósito de desviar a atenção das questões políticas reais; ela procurava obter um amplo consenso nacional, evitava controvérsias e a acusação direta ao governo ou às elites privilegiadas do Brasil"(1999, p. 180).

Como não podia ser diferente, "os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofundando-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para o último âmbito"(SOARES, 2000, p. 13). O privado ganha estatuto de quem é eficiente e confiável, resultando na disposição de celebrar parcerias, com as ONGs, Terceiro Setor, Organizações do Voluntariado. Enquanto o estatuto do público é execrado, o político é rejeitado, e o Estado fica apenas para atendimentos pontuais e sempre subservientes, sejam políticas e sociais. Faz parte das propostas do projeto "a retirada do Estado ou a sua renúncia como agente econômico produtivo e empresarial"(SOARES, 2000, p. 39).

A "liberalização do comércio exterior", com o propósito de "tornar nossa economia mais internacionalizada e moderna" é outro aspecto que faz parte do projeto (2000, 41), o que desta vez leva ao "darwinismo de mercado, cuja consequência sobre uma estrutura extremamente desigual como a brasileira, tanto do ponto de vista do capital como do trabalho, é mais uma vez o fortalecimento dos mais fortes e a evidente impossibilidade da livre concorrência por parte dos mais fracos, (...) some-se a isto o agravamento dessa desigualdade pela recessão" que, aliás, está incluída na estratégia governamental deste projeto. (SOARES, 2000, p. 42).

Na relação centro-periferia é importante sempre ter presente- sejam países centrais e sua periferia; sejam países periféricos, que também têm suas elites, que fazem parte dos escolhidos -, ou seja, "no domínio do mercado existem 'naturalmente', ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora" (SOARES, 2000, p.13).

É a lógica presente e expressa na sensação da letra "as meninas" do grupo musical "Xibom Bombom". "Analisando essa cadeia hereditária quero me livrar dessa situação precária, **onde o rico cada vez fica mais rico, e o pobre cada vez fica mais pobre**, e o motivo todo mundo já conhece: **é que o de cima sobe e o de baixo desce**". É o fosso que cada vez mais se aprofunda entre os ricos, os incluídos e os pobres, os excluídos. Sobre tal desigualdade de renda, há pesquisas entre alguns países que informam sobre a distância entre a renda dos 20% dos mais pobres e dos 20% dos mais ricos, quando o Brasil exhibe a proporção de 33 vezes esta diferença, enquanto o Chile, apresenta 18 vezes, o México 13 vezes, a

Alemanha 6 vezes, Polônia 3 vezes, só para citar alguns (IPEA, Revista VEJA, 23 jan, 2002, p. 92) ¹⁷

Ou, ainda, quando somos informados por outro subtítulo um "modelo concentrador" que "o Brasil gasta 21% do produto interno bruto na área social, mas os pobres ficam com a menor fatia desse dinheiro". Embora os exemplos que seguem possam ser tendenciosos, em relação a alguns projetos, não deixam de ser reveladores. "Os 10% mais ricos recebem quase metade dos recursos distribuídos entre os aposentados". Noutro lugar, conforme o professor José Márcio Camargo, informou ao articulista da Revista VEJA. "só 7% do dinheiro gasto com o sistema de pagamento de aposentadorias fica com os 20% mais pobres. Os 20% mais ricos recebem 30% do total" (2002, p. 91). Cerca de "60% do gasto com educação financia as universidades do governo, em que estudam os integrantes do topo da pirâmide". E para completar "só 2% das despesas sociais são destinadas a investimentos em saneamento básico" (Revista VEJA, 23 jan, 2002, p. 84). O desdobramento deste último para outras áreas, como por exemplo para a saúde básica e preventiva com a proliferação de doenças que pareciam controladas, já é sabido de todos.

Situações de fome e de miséria nos levam a considerar alguns dados. O Brasil passou por uma transformação admirável nos últimos 25 anos. Comparado a 1977, quando se analisam alguns indicadores nem parece que se trata do mesmo país. No período, o produto interno bruto aumentou 85%, número de domicílios com televisão subiu 150%, residências com telefone triplicou e a frota de veículos mais que triplicou. Infelizmente a taxa de miséria permaneceu inalterada e doenças decorrentes da pobreza extrema, repetem-se aos milhares. No índice da taxa média,

¹⁷ Utilizaremos basicamente os dados resultantes e que os órgãos de imprensa reproduziram ultimamente, a partir da divulgação dos dados do censo 2000, divulgado em 19 de dezembro 2001.

houve um ligeiro declínio, seja 17% para 14, 5%. Mas em números absolutos, os desamparados cresceram de 18 milhões há um quarto de século para 23 milhões hoje. (Revista VEJA, 23 jan, 2002, p. 84). A informação vem, ainda, da mesma fonte que "no caso brasileiro, há 53 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Destas, 30 milhões vivem entre a linha de pobreza e acima da linha de miséria, (são pessoas com extrema dificuldade, com uma renda mensal 'per capita' inferior a 80 reais). Cerca de 23 milhões estariam na situação que se define como indigência ou miséria" (2002.23 jan, p. 84).¹⁸

Sabe-se que este é um assunto bastante controverso. No Brasil há quem considera a linha de pobreza menor que um salário mínimo, já para a Previdência Social, para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada, "a fronteira da pobreza é um quarto do salário mínimo". Portanto, "inferior à fronteira da indigência de um salário mínimo, considerado por organismos internacionais"(LESSA, 1997, p. 70). Há diversas metodologias; alguns "partem também do valor de uma cesta básica de consumo obtida de pesquisa direta e avaliada, segundo vetores de preços locais... (LESSA, 1997, p. 78), ou seja, "cada definição e metodologia produzirá um resultado diverso, mais ou menos otimista sobre a melhora da pobreza"(LESSA, 1997, p. 78), o que nos preocupa sobremaneira, e se está sempre tateando no escuro, as manipulações de números confundem nossas ações.

¹⁸ Considera-se, em geral, Linha da pobreza, abaixo da qual estariam as pessoas, cuja renda não é suficiente para cobrir os custos mínimos de manutenção da vida humana: alimentação, moradia, transporte e vestuário. Outra é a linha da miséria ou da indigência, que determina que "não ganham dinheiro bastante para comprar todos os dias alimentos em quantidade mínima necessária à manutenção saudável de uma vida produtiva"(Revista VEJA, 2002, p. 85, não consegue ganhar o bastante para garantir aquela que é a mais básica das necessidades: a alimentação, ou seja o suficiente para ter 2 000 calorias dia. Ou de outra forma: linha de pobreza internacional definida pelo Banco Mundial, com uma renda de até US\$ 2 por dia; patamar da miséria, significa não Ter o suficiente nem para comer (Jornal Folha SP, 24 mar, 2002, p. 2).

Aqui, para qualquer efeito, ao assumir que a determinação da faixa de miseráveis se dá pelo consumo de calorias, como critério internacional aceito, o "último estudo disponível, realizado por técnicos da ONU, existem 830 milhões de miseráveis no planeta" (...) "Com 23 milhões de miseráveis, o Brasil representa 3% do problema mundial"(IPEA, revista VEJA, 23 jan,2002, p. 86) .¹⁹

No entanto, outra fonte informa que "em termos de desigualdade social, o nosso país chega a ser pior do que a África do Sul, cujo país viveu meio século sob o *apartheid*". (COSTA, J. Folha de SP., 18 jan, 2002, B2). Considerando números absolutos, - 23 milhões em 169 milhões, ou 3% do problema mundial -, "pode parecer pouco, mas é uma inserção global 3 vezes maior do que nossa participação, por exemplo, no comércio mundial, em que o Brasil aparece com menos de 1% do movimento de compra e venda de mercadorias"(Revista VEJA, 23 jan, 2002, p. 86). Ainda observando o quadro da pobreza em nosso país, - resultante da má distribuição de renda- e que vai dando os contornos da questão social hoje; o Brasil faz parte de um "*ranking*", afirma-se que o "Brasil é o terceiro país em desigualdade de renda do mundo, em uma lista de 162 países", só ganhando de Suazilândia e Nicarágua (COSTA, J. Folha de SP., 18 jan, 2002, B2). Considerando o seu PIB pelo critério da paridade do poder de compra - US\$ 1,3 trilhão em 2000-, é a nova economia do mundo ...". Em termos de desigualdade social, nosso país chega a ser pior do que a África do Sul, informa o mesmo articulista (2002, B2).

Outro aspecto a ser observado, tome-se por exemplo o "*ranking*" dos países segundo o percentual da população que vive abaixo da linha da pobreza, onde está o Brasil? Pergunta-se. "Está do lado de Botsuana, República Dominicana, Mauritânia e

¹⁹ A Ásia, segundo esta mesma fonte, concentra 63% dos miseráveis do mundo. "O caso mais extraordinário é o da Índia", afirma. Porém, só nos fornece os números absolutos, seja 300 milhões de pessoas vivem em estado

Guiné". Com o articulista pode-se concluir, após vários comparativos; "não importa de que ângulo se olhe, o Brasil é hoje o país mais rico do mundo com maior taxa de pobreza: a isso se chama de injustiça social". MENDONÇA, 2002, p. 86), ou seja, "1% da população, a parcela mais rica, detém a mesma quantidade de recursos que os 50% mais pobres. Outro modo de ver o problema é tomando como base os 10% mais ricos. Juntos, eles concentram metade da renda nacional" (Revista VEJA, 23 jan, 2002, p. 93).²⁰

Outros indicativos que podem revelar nossa situação de pobreza: "Desalento diminui desemprego em 2001", informa um revelador subtítulo de jornal, do início do ano 2002, a partir de fontes do IBGE. "2001 exhibe uma taxa de desemprego de 6,2% , portanto, menor que 7,1% de 2000". Entretanto, "de acordo com o IBGE, a queda deveu-se menos ao aumento do emprego que à desistência das pessoas de procurar trabalho, - o desalento", que para nós é um indicativo muito mais forte da pobreza do que os próprios índices. Como já se registraram anteriormente os números por si só são um tipo de efeito. Registre-se para ficar mais próximo do real "que a população idade ativa (15 anos ou mais) cresceu 2,4% mas a população ocupada ou procurando emprego caiu 0,4% em relação a 2000. Enquanto isso, a população inativa de mais de 15 anos de idade cresceu 6,2%. É isso que conta , também para RAMOS, uma analista econômica do Departamento de Emprego e rendimento do IBGE, que assim se expressa: "a gente avalia o mercado de trabalho não só pela

de privação absoluta. E no "continente Africano um em cada quatro habitantes passa fome. São 180 milhões de indigentes numa população de 800 milhões de pessoas"(Revista VEJA, 20002, p. 86).

²⁰ Um índice chamado *GINI*, em homenagem a Conrado Gini,, pesquisador Italiano que o criou . Método para auferir grau de desigualdade social, a partir da fonte Revista VEJA, informa "O Gini brasileiro permanece ruim e inalterado há mais de 20 anos"(2002, p. 93). Ainda outra fonte, o Jornal O GLOBO, "a queda do Índice do GINI (que mede o nível de concentração de renda, estabelecendo que quanto mais próximo do zero melhor) de 0, 637 para 0,609 não é significativa"(...) "ainda é um nível escandaloso de concentração de renda. Esse índice não se mexe há décadas"(2001, 20 dez, p. 3).

taxa de desemprego. A população ocupada é até mais importante" (J. Folha de SP., 26 jan. 2002, p. B3). Neste sentido tem-se a informar que "referindo-se às pessoas ocupadas" - cuja renda declara e muitas vezes tem que ser compartilhada com outras pessoas da mesma família - , 56% dos trabalhadores brasileiros ganha até R\$ 360,00, ou seja, 2 salários mínimos por mês. Pior ainda: desses, pouco menos da metade, ou 26% da população com 16 anos ou mais recebe até um salário mínimo, R\$ 180, 00 (Jornal Folha de SP. 24 mar. 2002, p.2).

Outra informação preocupante. 'O rendimento médio real das pessoas ocupadas caiu pelo 11^o mês consecutivo, em relação ao mesmo mês do ano anterior. A queda foi de 7,6% em relação a novembro de 2000 e de 1,5% em comparação com outubro de 2001" (Jornal Folha de SP., 26 jan. 2002, p. B3). Forma-se aqui uma população, conforme o censo 2000, de 169 799 170 habitantes. Embora com pequenas melhoras, se vive num país em que a falta de moradia afeta 12% dos brasileiros, atingindo diretamente 202 milhões de pessoas e ao que tudo indica o "déficit está num ritmo crescente, pois, enquanto a taxa de crescimento da população brasileira foi de 15,6%, entre 1991 a 2000, o aumento do déficit foi de 21,7% no mesmo período. E 16,74%, ou seja 7,5 milhões de domicílios não têm banheiro, que é o aspecto mais básico do saneamento e o reflexo disso para a saúde é desnecessário dizê-lo. (Jornal Folha de SP., 20 jan. 2002, p. C1).

Num país em que 34,7% das famílias é chefiada por um analfabeto funcional, o básico sobre educação também está dito.

Se comparados alguns índices nos últimos anos, a "distribuição de renda ficou um pouquinho menos ruim". Por outro lado, "o censo mostra alguns problemas emergentes". A "família nuclear vem perdendo importância com o crescimento de domicílios chefiados por mulheres, uma em cada 4 moradias, de (18,1% censo de

91) para 24,9% censo 2000, muitas crianças vivem sem o pai e muito tempo sozinhas. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 4 e 8).

Ao acompanhar a evolução das políticas sociais no Brasil, esta informação não é nova, porém, não deixa de ser preocupante. Quando as redes de proteção social, na área de saúde e previdência, que tiveram um papel importante nas melhoras das últimas décadas, parecem estar chegando ao limite de sua capacidade. As desigualdades de renda entre as regiões não diminuem, e a concentração de renda nas regiões pobres parece se concentrar ainda mais"(Jornal Folha SP., 20 dez. Censo 2000, Caderno especial p. 8). O exposto leva a uma estatística ainda mais preocupante, porque entende-se, em parte ser, um desdobramento deles, são os números da violência "39 mil homicídios foram registrados em 98"no Sistema de Informação sobre mortalidade - o próprio sistema "reconhece a imprecisão de que se reveste esta contabilidade macabra, fruto das condições precárias do funcionamento de nossas instituições", ou seja: "quando a violência se torna forma corriqueira de resolução de conflitos, é a própria democracia que está ameaçada" (PERALVA, 2002, p. A3).

Em escala planetária , fica-se informado que a "fortuna de 358 indivíduos mais ricos é superior à renda anual dos 45% mais pobres, ou seja 2,6 bilhões de pessoas..."(RAMONET, 2000, p.18), fazendo parte do "projeto" que o Brasil também assumiu, nestas últimas décadas. Portanto, são algumas das tintas que fazem parte do nosso ingrediente social na apresentação do quadro de pobreza que revela a questão social no Brasil mundializado.

3.3.1. POBREZA NO BRASIL E SEUS RETOQUES

Nem mesmo com maquiagem das "melhores marcas" e ardilosos macetes, conseguem esconder a verdadeira cara do Brasil. Até o caríssimo representante do grande empresariado brasileiro desabafa: "A desigualdade está se ampliando de forma espantosa. É chocante saber que 53 milhões de pessoas mais ricas da Europa e da América do Norte têm a mesma renda que os 2,7 bilhões de pobres" (MORAES, 2002, p. A2).²¹

Representante de outra matriz de pensamento, presente no 2º Fórum Social Mundial, no mesmo dia e no mesmo jornal, denuncia: "A realidade imposta pelo neoliberalismo globalizante, em que 1,3 bilhão de pessoas são condenadas à miséria absoluta, nações perderam a soberania e têm a economia destruída, ante a frieza e a indiferença dos grandes organismos financeiros..."(DUTRA, 2002, p. A3).

Concorda-se que nem sempre há precisão nos termos e na compreensão quando o tema se reporta à pobreza. Mas se crê haver equívoco, por outro lado quando se diz que a "pobreza, tal qual a beleza, está nos olhos de quem vê", parece que a expressão pretende carregar o tema com uma carga elevada de subjetivismo. Há, também, e é preciso reconhecê-lo, esforços enormes, estudos densos que tentam aproximar-se do significado e da tragicidade que o tema revela. Outros oferecem, cuidadosos, ou nem tanto, números estatísticos, chegando por vezes a definições muito próximas de equações matemáticas. Com isto facilmente se passa a ser presa do "fetiche dos números", porém o que se quer destacar, é que em muitos, "em geral, o debate e as orientações de políticas derivadas da discussão sobre a

²¹ Antônio Ermírio de Moraes, 2002, Jornal Folha de SP., p.. A2, cita como fonte o Jornal "O Estado de SP., 27/01/2002.

desigualdade, admitem como limites extremos o pobre ou o miserável, sempre definido pelo **que não é** ou pelo **que não tem**" (LESSA, et alii, 1997, p. 63, grifo nosso), o que leva à dificuldade intrínseca para definir ações na área, - até porque não é objetivo, no formato deste sistema, superar a desigualdade -, para enfrentamento que nada mais significa do que "grosseiros retoques" para que a cara da pobreza se apresente menos aterrorizante ante os olhos civilizados numa moral resultante, ao menos, como princípio, da *libertè, égalitè e fraternitè*.

É assim que se está constantemente às voltas com políticas de combate à pobreza ²²quando a exigência seria construir uma ordem tal que já não produzisse mais pobres e desigualdades. Isto, porém, não faz parte, como já se viu no primeiro capítulo, e muito mais que está fora do alcance, como também da direção política dos nossos bem comportados vassalos do FMI e, no nosso caso, pior são nossos governantes, que têm por dever de representação e de ofício definir as políticas sociais.

Diante do quadro supracitado de desigualdade cada vez mais acentuada e fragilização do conjunto social (nação e governo), percebe-se como imperiosa a articulação de forças para que se exija outra ordem, poder-se-ia dizer outra sorte para a exclusão, só assim estariam hoje, dadas as condições iniciais para o enfrentamento da Questão Social.

Acredita-se que "o enfrentamento da questão social tampouco pode ocorrer sem uma aproximação qualificada da natureza do problema"(LESSA, et alii, 1997, p. 64). A tendência de "esconder a verdadeira natureza" de um fenômeno tão

²² Bush, no último dia da Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), discursa anunciando, "Combate à pobreza como resposta ao terror". É importante observar a justificativa que a matéria jornalística apresenta: "O Presidente norte-americano também defendeu sua nova política de concessão de ajuda aos países mais pobres, e condiciona o auxílio à abertura dos mercados, a

complexo é a tônica das políticas sociais que, normalmente, se direcionam para os atendimentos de cunho assistencial e compensatório.

A tendência de fracionar o espectro da pobreza, sejam os pobres rurais, ou urbanos, segundo a cronologia, e quanto ao gênero e /ou outros, embora possa até auxiliar na definição do "público-alvo", não pode se distanciar das medidas "que as integrem às estratégias globais, poderia, sim, efetivamente, atenuar a fragilidade de inserção dos mais pobres aos circuitos de produção e consumo". Porém, afirma LESSA et alii, a " concepção de política social, como parte integrante da formulação de todas as políticas, desafortunadamente não ocorre no Brasil"(1997, p. 66).

Compreender o tema da pobreza como problemático na definição e principalmente no enfrentamento e as políticas sociais como "ajustes " fracionados e dar-lhe as costas é contribuir para que a complexidade se aprofunde, faça parte de um mundo que se considere futuro, fora de nosso tempo, porque fora de nosso alcance.

Entendendo, porém, que ele se desdobra no mundo da contradição, em que forças diversas interagem, num embate político constante, a pretensão , no atual contexto, é contribuir para que as forças minoritárias de hoje possam antever um futuro com mais esperança. A proposição de problematizar a presente temática para compreender-lhe melhor os limites, e assim contribuir a fim de que se elaborem propostas para que o pobre de hoje, possa de novo aspirar a ser um cidadão de direitos amanhã. É com esta motivação que se segue construindo este trabalho e neste item propõe-se tão somente, pontuar ainda algumas das características que

limitam o enfrentamento da pobreza, depois que o Brasil aceitou a contradição com a mundialização.

De um modo, geral, o Estado nacional perdeu espaço, é um Estado frágil e minimizado para fazer frente às questões da proteção social. O estado brasileiro, hoje, na leitura de YAZBEK, "anuncia em seu Plano Diretor que não assumirá tarefas que a sociedade possa assumir. É um Estado no qual as questões relativas à pobreza e à exclusão social são alvo de uma ação estatal irregular e tímida, apenas suficiente (ou nem isso?) para minimizar as conseqüências negativas dos programas de ajuste estrutural"(2000, p. 37) Com a afirmação neoliberal e o ingresso do país na mundialização, via FMI, a contenção dos gastos sociais tem sido uma seqüência, sempre para cobrir compromissos com juros da dívida.

Em síntese, apresenta YAZBEK: "tudo indica, que no caso brasileiro, as políticas sociais que historicamente tem-se caracterizado pela subordinação à matriz conservadora, oligárquica e patrimonialista que emoldura a história econômica e social do país tenderão neste quadro de regresso de direitos a acentuar seu perfil assistencialista e clientelista, no perverso processo de transformar em favor o que é direito. Processo marcado pela exigência de contrapartidas e pela busca da lealdade de subalternos"(2000, p. 38).

A lógica neoliberal que, a partir da reestruturação produtiva, flexibiliza contratos de trabalho e como resultado prático joga para o desemprego e subemprego todos os anos valiosos, postos de trabalho e, com eles, um contingente cada vez maior de pessoas na exclusão e por isso sempre mais carenciados para o atendimento social público. Entretanto, controvertidamente, o mesmo sistema "instala desregulações públicas, reitera desigualdade e a diversificação, busca eliminar a referência ao universal e constrói, como já se afirmou tantas vezes, uma

forma despolitizada de abordagem da Questão Social, fora do mundo político"(2000, p. 38), o que se constituiu num agravante quando se entende que é no mundo político que se constitui o protagonismo e a resistência necessária para enfrentar a Questão Social.

Outro aspecto que caracteriza e limita as ações sociais, em favor do pobre, é a **frieza estatística**. Ela alcança as políticas sociais no tocante à pobreza de várias formas, tanto na tentativa de definir quem é o pobre quanto na mistificação de tentar convencer, em momentos diferentes, que a pobreza está com cara menos assustadora. Para se manipularem índices diferentes e estatística sobre o que o pobre não tem. "O problema está no fetiche dos números, de tal maneira que o debate(debate?) público sobre o problema social brasileiro parece se ter transformado numa batalha estatística", afirma TELLES, (1998, p. 14). Já se observa o problema, conforme mencionado, na definição da linha de pobreza e da miséria, embora a renda seja um aspecto bastante fundamental, "constata-se que quase a totalidade dos autores afirma que a renda, de forma isolada, é fator insuficiente para mensurar a pobreza nas suas múltiplas dimensões"(LESSA, et alii, 1997, p. 78).

Ainda, atentando ao valor da linha de pobreza que separam "os pobres" dos "não-pobres", entende-se que ela é o "aspecto mais controvertido na mensuração da pobreza absoluta" (1997, p. 78). Em relação ao que se afirma seguidamente, a sorte dos mais pobres, após o Plano Real, especialmente seus idealizadores, Lessa et alii, concluem que: "Cada definição e metodologia produzirá um resultado diverso, mais ou menos otimista sobre a melhora da pobreza"(1997, p. 78). Entretanto, após a descrição de várias metodologias e índices possíveis, para compreender a situação da pobreza nos anos 90, conclui:

"ou seja, a única e exclusiva medida que se está empregando para avaliar a pobreza hoje no Brasil é a renda, conduzindo a conclusões, na melhor das hipóteses, muito limitadas"(LESSA, et alii, 1997, p. 81). Daí se desdobra um outro limite, o da manipulação e jogo frio das estatísticas, em relação à pobreza se cria um campo fértil para o desvio dos recursos previstos para a área e neste imenso campo político, porque assim é entendido, nasce toda sorte do clientelismo e da filantropia que cerca tão de perto a área em questão.

Outro limite, está nos ministérios sociais no Brasil , são os ministérios para os "primos pobres". "Se o campo das necessidades básicas é também o campo dos direitos da cidadania, como operar sistemas complexos de política social? Que escolhas trágicas presidem às ações dos ministérios 'gastadores', pressionados, de um lado, pela disputa por recursos no orçamento fiscal e de outro pela complexidade das demandas de suas clientelas? "Com essas questões LESSA et alii, introduz as dificuldades que se encontram na definição dos recursos, além do que são esses recursos mais sujeitos ao contingenciamento, para responder pelos reflexos e determinações da política de estabilização sobre os orçamentos públicos (1997, p. 85). Até mesmo porque os pobres não têm *lobby* a fim de exercer pressão. Acrescenta-se ao exposto que a área, uma das mais vulneráveis para os arranjos políticos, tráfico de influências, para não dizer outra coisa.

O **fracionamento** por "categorias" de pobres se constitui em mais um limite perigoso. As políticas sociais fracionando a pobreza por idade, gênero, urbano, rural, ensino fundamental e universitário, embora tenham auxiliado na definição do "público- alvo"; por outro lado instala perigosas dicotomias que extraem importantes forças de conjunto para equacioná-las quando não raro irrompe em competições estéreis que fragilizam as ações por falta de decisões de conjunto dos governos,

definindo estratégias que queiram ao menos aliviar a exclusão e não apenas como algo incômodo que tem de tolerar. É um desdobramento lógico da subordinação da política social à macroeconomia, cancelando qualquer pretensão de universalidade que além de fracionar reorienta as bases da meritocracia, em que a qualidade de serviço se define em bases contributivas, ou, então, com base em discursos moralizantes, a favor dos pobres, embasados em valores humanitários de filantropia, incentivando o trabalho voluntário, ou seja, é a transferência de responsabilidades para a comunidade, em que estão a família e as ONGs. Os programas de Renda mínima, que até podem ser uma iniciativa louvável por um lado; por outro é uma tentativa de inclusão "como dever de solidariedade" na expressão de ROSANVALLON, (1998).

Uma outra preocupação: "tem o efeito de colocar a questão do trabalho fora da cena política", há que se ter, portanto, atenção para que os programas de RM, não se traduzam em "utopia da resignação"(1998, p. 7). É preciso ter claro que estão sempre a transitar numa "frágil e estreita fronteira entre direitos e carências - esse fio da navalha", na feliz expressão de TELLES, (1998, p. 16). Com o esvaziamento do campo de direitos e do campo da política o acento agora se dará sobre a importância da gestão, a modernização da técnica e a eficiência dos parceiros com a sociedade civil.

Aqui está em jogo algo bem mais restritivo que tem a ver com a tendência privatizante, como será visto a seguir. A valorização do mercado, o desprestígio da política e a concepção de que tudo que é público é problemático e tudo que é privado é considerado eficiente, a tendência privatizante dos serviços públicos faz parte do rearranjo neoliberal. Tanto a **privatização** quanto a **mercantilização**, sinalizando claramente a **desresponsabilização** do Estado face à sociedade.

Embora privatização e mercantilização sejam intimamente vinculadas, não são idênticas, lembra NETTO: "A privatização refere-se especialmente à política da Assistência, transferida para a alçada da 'sociedade civil'- que se incumbiria da construção de 'redes de proteção social' ou de 'instituições de solidariedade social' com as quais o Estado poderia concertar parcerias..."Deste processo resultando as modalidades de terceirização, retirando-lhe qualquer estatuto de direito e de política"(2000, p. 87). Já "a mercantilização envolve prioritariamente a saúde e a previdência - aqui trata-se de reservar ao Estado um papel residual" cabendo-lhe a cobertura dos segmentos insolventes da população, enquanto ao mercado se entrega a gestão dos seguros sociais e nisto o Brasil avançou significativamente na última década. (2000, p. 88). Em síntese, poderíamos observar uma segmentação entre os parques serviços públicos, sempre muito pouco para muitos pobres.

A partir daí se erosiona cada vez mais qualquer concepção de direito, a filantropia está de volta com diferentes faces, até uma filantropia do próprio Estado, que se volta para aspectos focais e os casos mais emergenciais. Entra em cena o terceiro setor, com "virtudes solidárias" "celebradas como alternativas eficientes, flexíveis e dinâmicas na prestação dos serviços sociais "(TELLES, 1998, p. 20).

À medida que o projeto da mundialização do capital fragiliza os Estados nacionais, "a cidadania é, aqui e agora, em todo o planeta o fetiche decisivo", afirma DIAS: "Desprovido de ideologias e de antagonismos o cidadão é, na prática, pouco mais que um depositador de voto nas urnas". Esse é o projeto neoliberal. O pressuposto é extremamente claro no Brasil e na América Latina, onde a democracia tem sido afirmada nos discursos dominantes, negada, porém, na prática cotidiana (DIAS, in BRAGA, 1997, p. 284). A desvalorização da política, o

desrespeito e a mistificação da democracia têm um desdobramento nocivo no campo da proteção social, criando subalterneidades no lugar de sujeitos que poderiam se tornar os protagonistas de uma ordem mais igualitária. É YAZBEK que traz a problemática para o campo das políticas sociais. "Essa despolitização que ao lado da destituição do caráter público dos direitos dos pobres e excluídos, em nossa sociedade, está na base do atual sucateamento dos serviços públicos, da desqualificação de políticas sociais e da privatização e refilantropização na abordagem da questão social" (2000, p. 36). O fetiche democrático, ao lado da descentralização dos serviços, a transferência de poder para o espaço local e a desvalorização do campo da política, são aspectos que formam novas institucionalidades na base do atendimento social. Problematizar tais aspectos são preocupações para um próximo capítulo, tendo, por primazia, compreender os espaços contidos na base do atendimento social hoje, podendo revelar novas manifestações da questão social, como, também, se constituir em espaços que poderão auxiliar no surgimento de novos sujeitos no protagonismo de inscrever na agenda política a questão social de hoje, no espaço do município.